

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.766 - GO (2020/0276215-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : KABANAS COMERCIAL DE ALIMENTAÇÃO LTDA
AGRAVANTE : BOLIVAR GONCALVES SIQUEIRA
AGRAVANTE : IEDA NETTO SIQUEIRA
AGRAVANTE : RICARDO NETTO SIQUEIRA
ADVOGADO : PEDRO MÁRCIO MUNDIM DE SIQUEIRA E OUTRO(S) -
GO003270
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PR021777
NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S) - GO033722

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por BOLIVAR GONCALVES SIQUEIRA e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO PRECLUSÃO REANÁLISE DE MATÉRIA IMPOSSIBILIDADE NÃO É POSSÍVEL QUE A PARTE EXECUTADA PRETENDA A REDISCUSSÃO DE QUESTÃO ANALISADA E REJEITADA POR DECISÃO JUDICIAL A QUAL NÃO FOI OBJETO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM PRAZO HÁBIL ESTANDO ASSIM ATINGIDA PELO INSTITUTO DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA INTELIGÊNCIA DO ART 507 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, a parte recorrente alega violação dos arts. 489, II, 1.022, II, do CPC; 5º, LIV, LV e 93, IX, da Constituição Federal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ao deixar de fundamentar a questão posta em análise sem qualquer fundamentação ou motivação, a prestação jurisdicional" não foi comptácia, ofendendo assim os artigos 1022, II e 489, II do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, além da violação do artigo 93-IX da Constituição Federal, segundo o qual... (fls. 78).

Quanto à segunda controvérsia, traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso em exame, conforme se colhe da própria ata da

homologação, verifica-se, e com tranquilidade, que o plano de recuperação judicial foi aprovado nos termos do artigo 45 da LRF, de sorte que se passa a ter aplicabilidade o artigo 58 da Lei n. 1.101/2005, abaixo transcrito, vejamos...

[...]

Trata-se da inércia do Banco do Brasil em oferecer uma solução que fosse compatível com a capacidade econômico-financeira da devedora, tendo o dialogo sempre permanecido aberto com todos os credores.

Certo é que não há ofensa aos artigos 49, §10º, 20 e 59 é a de que as garantias prestadas em favor das devedoras recuperanda podem ser modificadas/extintas desde que o plano de recuperação judicial assim o preveja, já que as obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originariamente contratadas ou definidas em lei..." (art. 49), no caso, "os direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso" com, "salvo de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial"... (fls. 81-82).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial.

Esse entendimento possui respaldo em jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que no julgamento do AgInt no AREsp 1.479.509/SP, relator Ministro Francisco Falcão, assim definiu:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ART. 1.029 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO

N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

II - Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

III - Conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a "demonstração do cabimento do recurso interposto". Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do dispositivo autorizador. Este entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: "O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão.

[...] (Segunda Turma, DJe de 22/11/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Marinho (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013; AgRg no Ag 205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999.

Ademais, em relação à primeira controvérsia, incide novamente o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015, sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF" (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos

Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; REsp n. 1.838.279/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019; e REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.

Ademais, no tocante à ofensa dos arts. 5º, LIV, LV e 93, IX, da Constituição Federal, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse diapasão: “Não cabe a esta Corte Superior, ainda que para fins de prequestionamento, examinar na via especial suposta violação de dispositivo ou princípio constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal”. (AgInt nos EREsp 1.544.786/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe de 16/6/2020.)

Vejam-se ainda os seguintes julgados: EDcl no REsp 1.435.837/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/10/2019; EDcl no REsp 1.656.322/SC, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, DJe de 13/12/2019.

Por fim, no que diz respeito à segunda controvérsia, também incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Observem-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n.

Superior Tribunal de Justiça

1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente